

JUVENTUDES EXTRATIVISTAS DA FLONA DE TEFÉ: Educação em Movimento por Direito para a Superação da Desigualdade de Acesso à Educação

EXTRACTIVE YOUTH FROM TEFÉ NATIONAL FOREST:
Education in Movement for the Right to Overcome Inequality in Access to
Education

Huéfeson Falcão dos Santos¹
Rita de Cássia Fraga Machado²

Resumo: Este trabalho discute os desafios da educação de jovens nas comunidades tradicionais da Floresta Nacional (Flona) de Tefé e seu entorno, principalmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade da educação. A metodologia usada foi a pesquisa-ação participante. Trabalhamos dois grupos focais com sete pessoas em cada um, totalizando 14 jovens e utilizamos 38 questionários semiestruturados. O método de análise foi o materialismo dialético, acerca das relações estabelecidas entre grupos de pessoas e suas conexões com os processos de transformações sociais e seus delineamentos. Procuramos evidenciar as contradições em torno dessa educação, e como as juventudes se movimentam a respeito da temática. Ouvindo as necessidades dos povos da floresta, percebemos que precisamos superar duas questões que discutimos e apontamos neste texto: a primeira delas é a educação bancária, aquela que não respeita a cultura e o contexto do ser educando e só deposita conhecimento; a segunda delas é a falta de políticas públicas para o acesso a uma educação pública de qualidade que leve em consideração as especificidades dos povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Jovens protagonistas; Flona de Tefé; Educação.

Abstract: This paper discusses the challenges of educating young people in traditional communities in the Tefé National Forest (Flona) and its surroundings, especially with regard to access to and quality of education. The methodology used was participatory action research. We worked with two focus groups with seven people in each, totaling 14 young people, and used 38 semi-structured questionnaires. The method of analysis was dialectical materialism, regarding the relationships established between groups of people and their connections with the processes of social transformation and their outlines. We sought to highlight the contradictions surrounding this education, and how young people move on with regard to the issue. Listening to the needs of the forest people, we realized that we need to overcome two issues that we discussed and pointed out in this text: the first is banking education, which does not respect the culture and context of the person being educated and only deposits knowledge; the second is the lack of public

¹ Mestre em educação pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA. huefesonfalcao@gmail.com

² r Profª Dra. Rita de Cássia Fraga Machado. Sub-Coordenadora do PPGED/Tefé/UEA. Coordenadora do Programa Mulheres na Universidade - Edital Padox/UEA. Universidade do Estado do Amazonas - UEA. GT 17 ANPED - Filosofia da Educação. machado@uea.edu.br

policies for access to quality public education that takes into account the specificities of traditional peoples and communities.

Keywords: Young protagonists, FLONA of Tefé, Education.

1 Introdução

Historicamente, as dificuldades de sobrevivência, com a privação e a insegurança no acesso à saúde, à educação e a outros direitos primordiais, sempre fizeram parte da vida dos povos e comunidades tradicionais.

Na busca por acesso e qualidade na oferta de educação nas comunidades da Floresta Nacional (Flona) de Tefé e entorno, as juventudes desse território idealizaram e executaram, no ano de 2011, um projeto chamado “Jovens como Protagonistas pelo Fortalecimento Comunitário”, no qual se objetivava despertar e intensificar o protagonismo juvenil através de encontros formativos. Entre diversos temas, a educação era e é um tema muito debatido por esse segmento, uma vez que é uma das principais demandas e necessidades enfrentadas por estes jovens.

Nesse sentido, este trabalho teve o objetivo de realizar uma discussão dialética acerca dos desafios da educação nas comunidades tradicionais da Floresta Nacional de Tefé e seu entorno, principalmente no que diz respeito ao acesso e à qualidade do ensino, tendo os “jovens protagonistas” como referência desta tessitura.

Aqui, utilizaremos a palavra juventudes no plural por entender que a juventude é diversa. Lana Cavalcanti (2015) diz que devemos ter consciência de que quando se debate sobre juventude, na verdade, sobre juventudes no plural, pois esse segmento social é bastante diverso, falamos de jovens empregados e desempregados, jovens que estudam e trabalham, jovens que só trabalham e não estudam, jovens que estudam em escolas particulares e que não precisam trabalhar até terminar sua faculdade, jovens que moram nas comunidades tradicionais da Amazônia que, muitas vezes, têm seus direitos básicos suprimidos ou ofertados de forma rarefeita.

Este estudo foi realizado com jovens de 15 a 29 anos (idade de juventude definida no Estatuto da Juventude - Lei 12.852/13) na ótica da pesquisa-ação (Brandão; Streck, 2006; Machado, 2015) e pesquisa social em educação, acreditando que as experiências estão relacionadas e podem ser compreendidas em suas origens quando

relacionadas aos contextos sociais e políticos. Para atingir os objetivos, juntamente com as juventudes, trabalhamos dois grupos focais, cada um com sete participantes. Foram realizados dois encontros com cada grupo. Também aplicamos 38 entrevistas, pesquisa nos acervos do projeto e observação participante. Rita Machado (2015, p. 30) diz que:

[...] a pesquisa-ação não está caracterizada apenas pela crescente proporção de sujeitos populares participando do processo. Ela própria é uma alternativa coletiva de criação de conhecimento social. Inscreve-se e participa em processos relevantes de uma ação social transformadora e emancipatória da realidade.

Sendo o esforço de gerar e produzir conhecimento que proporcione transformação social um dos maiores objetivos da pesquisa-ação, Thiollent (2009) afirma que o conhecimento não serve somente para informar, mas, principalmente, para conscientizar o grupo.

O método de análise foi o materialismo dialético, pois, a partir dele, foi possível traçar análises acerca das relações estabelecidas entre grupos de pessoas e suas conexões com os processos de transformações sociais e seus delineamentos. Destaca-se que o materialismo dialético surge superando problemas antigos nas ciências, ou seja, a relação do sujeito com o objeto. Malagodi (1945, p. 18-19) salienta que:

[...] na filosofia tradicional existiu sempre uma distância muito grande entre o pensamento e o ser, isto é, entre a nossa faculdade de compreender as coisas e as próprias coisas. Segundo o materialismo dialético, tanto nós mesmos quanto as próprias coisas existimos na natureza histórica. A natureza e a história constituem, na verdade, o sujeito (isto é, o autor) de processo, ao longo do qual se desenvolvem a espécie humana, a sociedade, as classes etc.

No que diz respeito ao lugar ao qual pertencem as juventudes que participaram da pesquisa, estes estão espacializados nas comunidades tradicionais da Flona de Tefé e entorno, sendo: vinte e três jovens pertencentes ao território da Flona de Tefé moradores das comunidades Vila Sião, Santa Maria do Boto, São Tomé do Lago do Pente, Jauarituba, Morada Nova, Ebenezer, Estirão do Curumitá, Boa Vista do Rio Curumitá, Bom Jesus, Campo Novo e São João do Mulato. quinze desses jovens, nas comunidades Tauary, São Sebastião do Catuiry, Santa Luzia do Catuiry, São Raimundo do Moquental, Quilombo São Francisco do Bauana e Apuí.

Em relação ao grupo focal, buscamos realizar a pesquisa com jovens tanto da Flona de Tefé como do seu entorno. Cabe aqui destacar que nessas áreas de entorno está se reivindicando um novo modelo de reorganização territorial, que não abordaremos aqui, chamado Território de Uso Comum – TUC. Em processo de construção está o TUC do Rio Tefé e o TUC do Rio Bauana. Estes são os dois rios que limitam a Flona de Tefé.

1.1 Território da pesquisa

A Flona de Tefé é uma Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável bem conservada, longe do arco de desmatamento e de grandes impactos ambientais (hidrelétricas, criação de gado, extração de madeira ilegal etc.). Ela se encontra no bioma e ecossistema amazônico e de florestas ombrófilas e está localizada no estado do Amazonas, na região do Médio Solimões, microrregiões geográficas de Tefé e Juruá, conforme denominação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foi criada no dia 10 de abril de 1989, por meio do Decreto n.º 97.629. É administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. As comunidades estão localizadas às margens dos rios Bauana, Tefé e Curumitá de Baixo, os principais e mais influentes cursos d'água da Flona, e abrangem partes dos municípios de Tefé (47,73%), Alvarães (35,76%), Carauari (4,86%), Juruá (11,55%) e Uarini (0,07%). A UC é um território muito povoado, onde se situam as comunidades do interior e do entorno, e na qual os recursos naturais são manejados com frequência pelas comunidades tradicionais locais. A população residente na Flona de Tefé e entorno é originária da miscigenação entre o seringueiro, de origem prioritariamente nordestina que se mudou para o Amazonas em busca das promessas de enriquecimento com os ciclos de exploração da seringa, e a população indígena que já habitava a região. Hoje, conta com uma comunidade em seu entorno que se declarou quilombola e luta pelo reconhecimento do território e da identidade como povo remanescente de quilombo. Em síntese, a Floresta Nacional de Tefé, e seu entorno, é habitada por populações tradicionais que desenvolvem atividades produtivas, tais como o extrativismo vegetal da seringueira, castanheira e de outras espécies nativas, uma agricultura de subsistência, a caça, a pesca e outras atividades complementares que assegurem a reprodução familiar.

Essas populações são também protegidas pela Decreto Federal n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. No art. 3, §1º, os povos e comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

O art. 2º da PNPCT estabelece como um de seus objetivos,

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Brasil, 2007).

2 Juventudes extrativistas e educação na Amazônia

Há diversas questões socioambientais que afetam diretamente a vida social das juventudes de comunidade tradicionais, como a ausência de políticas públicas, o acesso dos jovens aos seus territórios e sua permanência neles, ao mercado de trabalho, à cultura, ao desporto e ao lazer, à mobilidade, à segurança pública, à justiça, à comunicação, à saúde e à educação técnica profissionalizante e superior. Essas políticas públicas devem desenvolver as potencialidades das juventudes sem tirar ou forçar a invisibilidade de suas identidades.

As mudanças no espaço global implicam novas formas de ocupação e gestão do território, os espaços locais se reorganizam, dando novas possibilidades de sobrevivência às suas populações. No caso das populações ribeirinhas amazônicas, as estratégias e a organização até recentemente eram inviáveis devido à falta de identidade oficial, pois os chamados caboclos da região eram vistos como “grupos invisíveis”, deixando os excluídos do processo decisório sobre o desenvolvimento local (Brandão; Streck, 2006, p. 20).

Quando falamos de juventudes e educação, estamos falando de jovens que sofrem com a injustiça e o racismo, que são excluídos do sistema de ensino e vítimas

preferenciais da violência e do genocídio praticado pelo Estado em sua forma de agir ou por meio da negação dos direitos, quando deixa de cumprir com suas funções como responsável por programar as políticas públicas e sociais; de jovens das mais diferentes expressões sexuais, jovens marcados pela intolerância, pelo racismo e pelo desrespeito; de jovens que estão tentando estudar, mas as suas comunidades e escolas se encontram desestruturadas, sem professores e esquecidas pelo poder público; de jovens sem qualquer política que garanta sua permanência nas comunidades de forma saudável e com acesso aos direitos básicos.

Diante das inúmeras discussões que afetam a vida destes sujeitos nas comunidades tradicionais, como as poucas políticas públicas e sociais de acesso dos jovens à educação. A permanência deles se torna um desafio, assim como a cultura, o desporto e o lazer, a mobilidade, a segurança pública, a justiça, a comunicação, a saúde e a educação técnica profissionalizante e superior. Direitos básicos estabelecidos na Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude), dependem de políticas que devem ir ao encontro dos jovens para que se diminua a desigualdade contra esse segmento.

No entanto, é evidente que ainda precisamos avançar muito no que diz respeito à efetivação destas políticas públicas para que se ampliem as oportunidades e o suporte para que as juventudes nas comunidades possam pensar e construir seus projetos e garantir sua inserção na vida social local.

Alguns marcos das discussões da educação do campo foram a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/9394/96), PNE (Lei 10.172, de 2001), a Resolução CEB/CNE n.º 1, de 03 de abril de 2002, Recomendação 195 da OIT/2004, Decreto n.º 7.352, de 4 de novembro de 2010, Lei n.º 4.183 de 26 de junho de 2015 (Plano Estadual de Educação, Estado do Amazonas), dentre outras legislações e conferências locais, regionais, nacionais e internacionais que asseguram e disciplinam a educação do campo como uma metodologia própria. Assim, o objetivo é que a vida no campo se fizesse presente em sua diversidade cultural, estabelecendo o respeito às regionalidades e formas de trabalho presentes no campo, pois os indivíduos vivem em meio à cotidianidade do presente, cuja existência já se encontra dada e estabelecida historicamente na sociedade.

Na Flona de Tefé e entorno, as juventudes têm pautado o tema da educação desde que surgiu o projeto “Jovens protagonistas”, no ano de 2011, no entanto, não receberam a devida atenção da academia, câmara de vereadores, fóruns, conferências, conselhos, seminários etc. para aprofundar o debater a educação socioambiental e a educação formal no território.

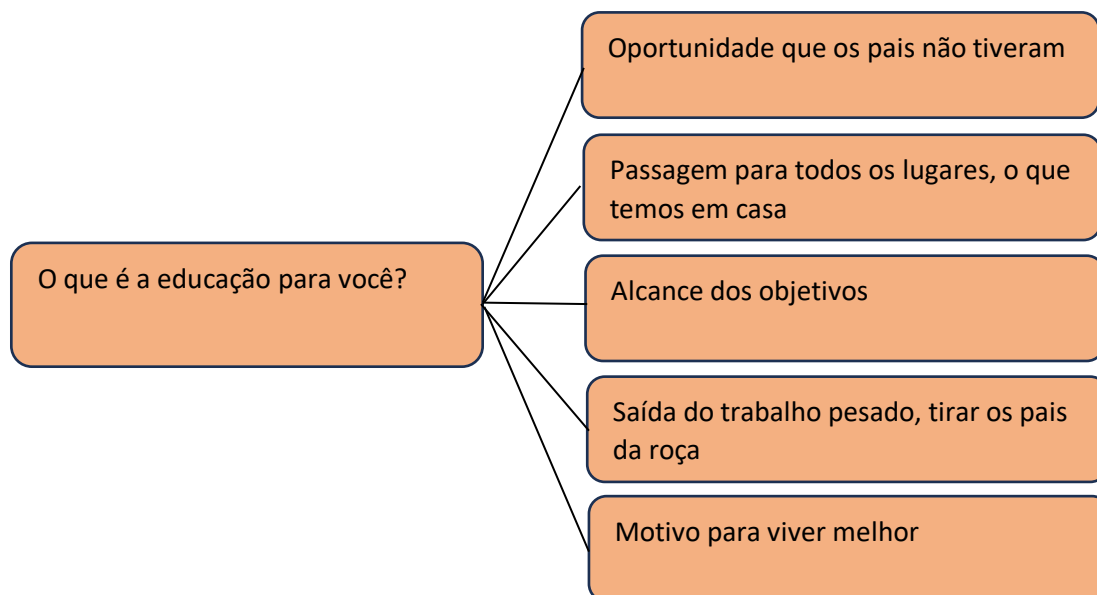
Em Unidades de Conservação - UC, utilizam-se os conselhos (consultivos ou deliberativos) para auxiliar a gestão do território, o que acaba por estimular a organização das comunidades ao mesmo tempo que as aproximam de diversas instituições, governamentais ou não governamentais. No caso da Flona de Tefé, utiliza-se o conselho consultivo, e a preocupação mais recorrente tem sido a pauta da educação. Por isso, existia até o ano de 2023, no âmbito do conselho da UC, um grupo de trabalho sobre educação, no entanto, foi considerado uma ferramenta frágil tendo em vista a necessidade e a veemência das pautas durante as reuniões. Com isso, na reunião realizada nos dias 05 e 06 de dezembro de 2023, o conselho optou por criar uma Câmara Técnica de educação para que a discussão sobre o tema pudesse ser aprofundada, bem como para buscar alternativas que possam avançar no âmbito do conselho e, conseqüentemente, fazer com que os resultados cheguem às comunidades. Relatos de escolas sem professores, a constante troca dos professores, as falhas no sistema de transporte escolar, da merenda e da infraestrutura são frequentes nas reuniões.

Bell Hooks (2013) diz que a educação deve formar indivíduos preocupados com uma convivência social igualitária e respeitosa. Esses jovens têm consciência disso e por isso buscam essa educação. Durante um dos encontros do grupo focal em que trabalhamos um roteiro de perguntas, questionamos os participantes sobre “O que é educação para você?” e as respostas foram:

Como podemos perceber, as juventudes sabem o que querem e porque querem. A educação, pelo que se constata nas discussões e pela intensidade com que esse tema é debatido pelos(as) jovens, representa um movimento de engajamento na luta pela educação como movimento – em movimento, de sair do lugar –, até alcançar os “inéditos viáveis”. É no movimento de reconfiguração do ser social da educação popular que se pergunta “pelo lugar de onde faz sua leitura de mundo e a sua intervenção” (Streck, 2010, p. 301) e onde/como a figura de Paulo Freire atualiza-se na

compreensão do movimento: “Descobrem que pouco sabem de si, de seu posto no cosmos, e se inquietam por saber mais” (Freire, 1987, p. 29).

Figura 1: Pergunta do roteiro 01 do grupo focal



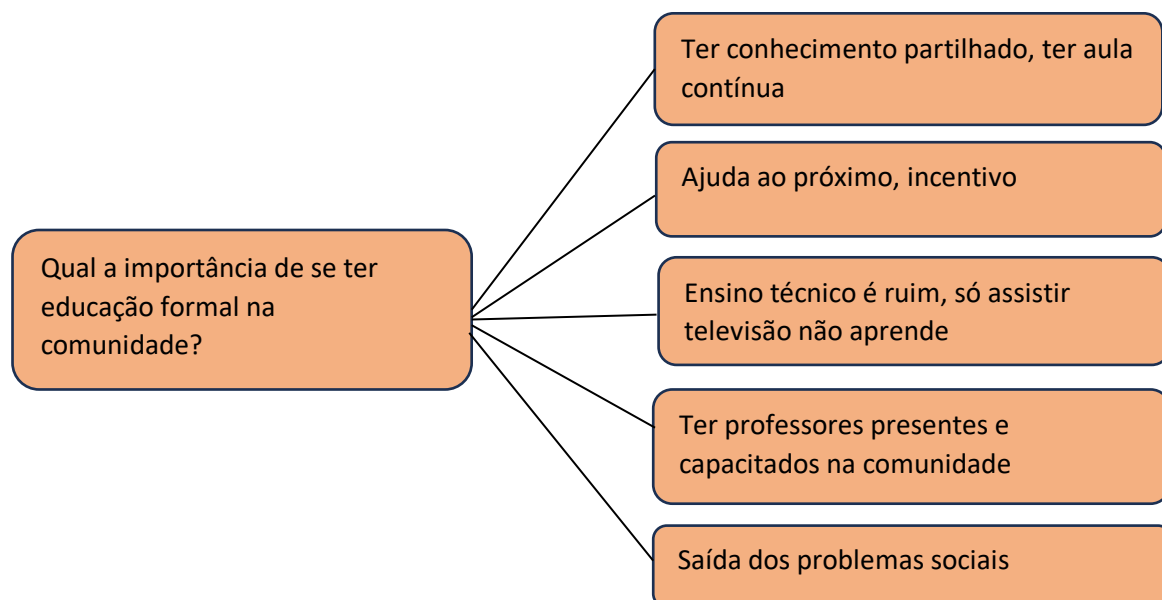
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A pauta, a consciência, a intencionalidade do debate sobre o direito à educação realizado pelas juventudes durante os encontros e demais espaços de controle social como o conselho consultivo da UC, mostra seus posicionamentos como cidadãos de direitos e cobram do governo posicionamento para que esse direito possa ser implementado, principalmente por morarem em uma área protegida.

Em geral, as escolas existentes no território atendem, de forma rarefeita, o ensino fundamental, e com muita dificuldade o ensino médio que até então é ofertado pelo método denominado “tecnológico” que, segundo os próprios jovens, pouco se aprende devido à baixa qualidade, uma vez que não é possível ter interação com quem está do outro lado da tela. Bell Hooks (2013) considera os vínculos entre estudantes e educadores como o primeiro passo para uma educação antirracista e libertadora. A latência no fornecimento de energia elétrica na comunidade deixa estes alunos dias sem assistir aula e, até mesmo o transporte destes para a “comunidade-polo” onde as aulas são disponibilizadas. Isso nos leva a outra pergunta feita para estes jovens no grupo

focal e que fala dos motivos que movem estas juventudes a buscarem formas de que a educação formal e de qualidade chegue até as comunidades.

Figura 2: Pergunta do roteiro 1 do grupo focal



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O infográfico acima sintetiza as razões de se ter a educação formal nas comunidades de forma que os estudantes não possam vir a ser prejudicados com o atual modelo de educação ofertada, que mais exclui do que inclui. Uma educação voltada para as especificidades desses sujeitos que moram em comunidades distribuídas em rios diferentes, com culturas diferentes.

Segundo uma das jovens que participou do grupo focal e que ingressou na universidade, o impacto da qualidade do ensino médio ofertado na comunidade fez com que a sua inserção e a permanência na universidade demandassem um esforço dobrado para mitigar a deficiência da formação que teve.

No ano de 2023, após o encontro de jovens que tratou o tema educação, realizado nos dias 6 e 7 de maio, as juventudes elaboraram um documento e a associação que os representa protocolou junto ao MPF, e em fevereiro de 2024 o MPF solicitou mais informações para a associação assim como para as secretarias de

educação dos municípios de Tefé e de Alvarães/AM sobre as demandas que a carta apresentava. Essa ação demonstra que essas juventudes têm preocupações que vão muito além da garantia territorial por morarem em uma área protegida, mas também apresentando uma proposta de educação no território de pessoas que consigam enxergar as diversas possibilidades através da educação.

Com essas ações, constata-se que a luta por uma educação que vá ao encontro dessas juventudes é o ponto central que move suas ações, uma vez que em cada encontro, independente do tema que é debatido, a pauta da educação sempre surge. Sempre aponta-se para a necessidade de acesso ao direito à educação para que as demais questões possam ser trabalhadas no território e que sua ausência é o fator principal dos efeitos dos demais problemas sociais que enfrentam na localidade.

Considerando a urgência e a necessidade desse direito para que esta população possa continuar vivendo em harmonia com o território, mantendo sua relação interligada com a natureza e sua cultura, estes jovens impetram que esta educação possa chegar ao território, mas chegar de forma que este direito não possa se sobrepor à territorialidade do povo e assim, com ela, a esperança de dias melhores em que as preocupações deixem de ser o acesso à educação, o aumento do uso de drogas, da violência e outros problemas sociais que têm chegado nas comunidades, mostrando que a educação tem a função essencial para que possam recuperar o real sentido do que é viver em comunidade.

O acesso e a qualidade da educação, para estes sujeitos, também representam oportunidades para o desenvolvimento coletivo e individual. Com ela podem ter alternativas de geração de renda ou aliviar o fardo dos atuais métodos produtivos. Podem trilhar caminhos que não seja o confinamento pela ausência de oportunidade. Estas demandas se devem a um processo histórico de falta de incentivo à juventude e da omissão do Estado em relação aos direitos da juventude nos níveis local, regional, nacional e internacional.

O trabalho de educação e mobilização social desenvolvido pela Igreja Católica na região do Médio Solimões, através do Movimento de Educação de Base (MEB), marcou fortemente o surgimento de lideranças na região. Com certeza, esse movimento incentivou reflexões significativas no universo juvenil, mas estas ainda não são suficientes diante dos inúmeros desafios socioambientais que se apresentam na Flona de Tefé e seu entorno.

As rarefeitas políticas públicas de educação, uma das pautas que vêm sendo discutidas por esse segmento, contribui para a obstrução da formação da cidadania dos jovens dessas comunidades tradicionais. Nesse sentido, dar visibilidade à organização dos segmentos feitos de/por jovens extrativistas das Amazônias, conhecê-la e escrever sobre ela, se faz necessário para corresponder ao anseio de uma nova perspectiva de mundo, que tenha o jovem como partícipe de sua construção. Tudo isso aponta para a necessidade de mudança na relação entre o Estado e a comunidade extrativista da Flona de Tefé, seu entorno e quiçá na/da Amazônia.

A discussão sobre o papel da educação, do professor e da comunidade no desenvolvimento da sociedade é um tema sempre atual e, por isso, está constantemente sendo debatido e (re)construído. Mas independente de qual seja a metodologia pedagógica defendida e o momento que a sociedade atravessa, a educação propicia a formação de cidadãos com maior repertório intelectual, cultural, social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida individual e coletiva, com o desenvolvimento da sociedade.

Na educação, a escola é a instituição responsável por iniciar o processo educativo e fornecer as bases necessárias para o entendimento do mundo e da sociedade, desenvolver a cognição, criatividade e a criticidade, além de fortalecer a identidade individual e cultural do(a) aluno(a). Estas responsabilidades da escola acabam por permitir o desenvolvimento e acesso do aluno/cidadão em uma sociedade que cada dia exige mais participação, criatividade e multidisciplinaridade.

Na região do Médio Solimões, mais especificamente na Flona de Tefé e entorno, esta realidade parece ser a mesma de vários outros territórios que buscam acesso de um ensino de qualidade nas comunidades rurais. A educação é um dos principais pontos de preocupação das juventudes. Diversas tentativas de diálogos junto ao governo municipal vêm sendo feitas pelas comunidades há anos. Jovens mostram os prejuízos na qualidade de vida das famílias causados pela falta de educação de qualidade, estando muitos sem estudar ou com suas famílias divididas para que outros possam estudar na cidade.

Entre as principais discussões e demandas das juventudes, está a melhoria da educação formal, que é a educação que eles chamam de presencial, que inclui professores qualificados com formação superior e professores que sejam do próprio território, por entenderem que estes conhecem e dialogam com os saberes locais. No caso das juventudes amazônicas, dentre os desafios também está enfrentar a busca de

conciliação entre desenvolvimento e sustentabilidade, por meio da proteção e conservação da sociobiodiversidade amazônica. Entre as pautas a serem superadas está a da educação mediada por tecnologia, que não tem interação e diálogo direto entre quem está ensinando e quem está aprendendo.

Nilma Lino Gomes (2003) externaliza uma preocupação, assim como os jovens quando buscam acesso e qualidade na educação formal, quando se debate culturas, alertando que, se a discussão sobre esse tema se restringir ao simples elogio às diferenças ou ficar reduzida aos estudos no campo do currículo e da cultura escolar, corremos o risco de não explorar toda a riqueza que tal reflexão pode nos trazer. Ela observa:

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social. Os homens e as mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos (Gomes, 2003, p. 75).

Nesse sentido, a busca por uma educação com metodologias voltadas para a realidade dos povos e das comunidades tradicionais, professores capacitados com um olhar para as realidades das comunidades é, além de uma necessidade, um cuidado com a cultura desta população. Não é novidade ouvirmos que jovens, ao chegarem na cidade, precisam esconder a informação sobre o lugar de onde vieram para que consigam permanecer no espaço alheio à sua realidade. Para isso, a educação precisa chegar e se inserir no contexto das comunidades e dos povos e não, como foi externalizado pelas juventudes, recebendo um professor que ignora os modos de vida e a forma que estes se relacionam com o espaço. Mas não cabe apenas colocar essa questão aos professores. Cabe uma reflexão e uma mudança também de postura da universidade que forma estes profissionais que atuarão na Amazônia com os povos das florestas e das águas.

3 Construindo nossas utopias em movimento para a superação da desigualdade de acesso à educação

Eu sou protagonista mesmo que me custe a vida.
Eu vou mostrar para o mundo que a Flona ainda está viva.

Pessoal, ainda é tempo, foque na educação, pois ela é a única arma que nós temos para vencer a corrupção.
Então siga adiante, igual Davi venceu o gigante você pode vencer na vida.
É triste meu mano, dá agonia saber que quem está lá no topo não quer ver a gente em cima.
Acima de tudo eu agradeço a Deus, pois sem ele não estaria aqui.
Ele sempre me deu força e me protegeu de todo mal que algum dia quis me atingir.
A educação é a chave que abre todas as portas
Não entre nesse abismo chamado mundo das drogas.
Então aprenda errando, mas não se prenda no erro e para se manter de pé você tem que matar o seu medo.
Seja sempre aquela luz que ilumina a escuridão e cada queda na escada se guarda como lição.
Na luta pela educação você nunca vai estar só
Vamos todos se unir em busca de um melhor!
Lucas Cabuloso (2023)³

É notório que o ingresso dos povos e comunidades tradicionais nas escolas e universidades tem aumentado ano após ano e provocado um movimento que modifica a dinâmica dessas comunidades e povos. Além de ser notório, as juventudes também têm trazido essas informações durante os encontros de jovens. Essa situação tem provocado debates e olhares diferentes, afinal, é preciso promover uma forma de permanência nesses espaços que pouco têm preparado nossos(as) alunos(as) para o mundo, o mercado de trabalho e a realidade local de seus territórios.

É uma conquista muito cara para muitas famílias de comunidades tradicionais, que tiveram que tomar decisões difíceis, como sair de seus territórios, largar seu modo de vida para tentar ter acesso a essa política básica na cidade. E ainda se vendo na difícil situação de ter que se deparar com problemas sociais que até pouco tempo não eram vistos em suas comunidades, como drogas, furtos e condições de moradia precárias, com pouquíssimos recursos financeiros.

Sem dúvida, a ausência de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais escancara uma profunda desigualdade. Aqueles e aquelas que retornam para seus territórios, depois de formados(as) na universidade, pouco recebem de formação específica para atuar em suas comunidades. A universidade pouco se compromete em proporcionar métodos que possam aprimorar os conhecimentos que eles já possuem para desenvolver um trabalho que melhore a qualidade da educação nas comunidades.

³ Lucas Oliveira Santiago, mais conhecido como Lucas Cabuloso, nome que adotou para assinar suas manifestações, tem 20 anos de idade, mora na comunidade Morada Nova, Rio Curumitá, Flona de Tefé.

Precisa-se, para isso, investir em pesquisa e na pós-graduação no interior, bem como na disputa de um projeto de universidade popular. Esses sujeitos advindos das comunidades tradicionais chegam à universidade com um “paneiro”⁴ de sabedorias adquiridas. Cavalcanti (2015, p. 13) observa que “o aluno é sujeito ativo, com histórias de vida, com conhecimentos anteriores, com desejos e necessidades que ocupam sua cabeça, seu pensamento. É esse aluno, com toda sua corporeidade, com suas práticas, com suas emoções e suas cognições, que está presente”.

Nesse movimento de luta pela garantia a uma educação de qualidade, povos e comunidades tradicionais têm debatido e buscado com maior intensidade nos mais variados espaços o acesso e a qualificação da educação nas comunidades tradicionais. Freire (1987) lembra que essa utopia exige daqueles que a buscam um conhecimento crítico da realidade e um maior comprometimento, de forma que possam existir tanto a denúncia de violações dos direitos, como o gozo de acesso a eles, e estes sujeitos devem estar plenamente cientes de sua conjuntura histórica. Para ele [...] “a conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia quanto mais conscientes nos tornamos, mais capacitados estamos para sermos anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos” (Freire, 1987, p. 28).

Wellison, um jovem protagonista do Quilombo São Francisco do Bauana, afirma:

Queremos educação de qualidade com professores olhando nos nossos olhos, não queremos professores no telão, “confesso que não aprendi nada”. O ensino tecnológico deixa a desejar, quando o estudante vai para a cidade sente-se muita dificuldade, e ainda há o período da seca que atrapalha o ensino (Wellison Lopes Faustino, 2024).

Que os conteúdos possam falar a linguagem técnica, mas também a linguagem e a representação que a população local entenda. Qua haja um espaço em que o sujeito se encontre, se identifique e se reconheça no que é ensinado. Que aprimore os conhecimentos e saberes que já possuem e não o marginalizem por conta da imposição de temas inexistentes no seu cotidiano.

⁴ O paneiro é o utensílio mais utilizado por pescadores e pescadoras ribeirinhos no Baixo Tocantins, existindo uma enorme variedade deles. Serve, conforme o tamanho e a forma, para vários usos, tendo nomes diferentes como pairé, paneiro de costa, dentre outros. É utilizado, por exemplo, para o carregamento do açaí, do pescado, de aves e até para acondicionar pães.

A educação que estes jovens buscam é uma educação democrática, dialética e conectada aos seus modos de vida. Uma educação que os prepare para além do mercado de trabalho, que os prepare para serem sujeitos com chances de oportunidades, sujeitos que possam transformar, para melhor, o lugar em que vivem, afinal os problemas sociais que antes havia apenas nas cidades, também têm chegado à comunidade.

4 Considerações finais

A luta das juventudes por educação não é uma luta de agora, é uma luta de gerações. Se ainda lutam é porque não obtiveram o resultado esperado. Aqui, nesse pouco espaço de tempo conseguimos compreender como as juventudes se movimentam” em busca desse objetivo comum para o território e qual educação é essa que buscam. Não era aqui nosso objetivo construir uma proposta de “grade” curricular, mas de construir horizontes reflexivos para a educação almejada.

Compreender a especificidade das comunidades tradicionais se faz necessário para caracterizá-la como conteúdo fundamental da educação na floresta, percebendo a educação em seu contexto social, a fim de valorizar os processos que já se oferecem de forma efetiva nessas comunidades. Assim, tem-se uma educação que contempla as necessidades dessa população, levando em conta os contextos social, cultural e político.

Essa luta não é de hoje, ela foi iniciada por Chico Mendes e outras lideranças, em 1980, quando nos seringais se discutia a educação como ferramenta para romper a dicotomia que o seringueiro se via obrigado a manter, na eterna relação de dependência entre “patrão” e “empregado” e uma das iniciativas foi o Projeto Seringueiro.

Allegretti (2002, p. 357) conta que:

Chico Mendes identificou dois fatores como responsáveis pela ausência de escolas nos seringais: saber ler poderia levar os seringueiros a conhecer a contabilidade e questionar a exploração a que eram submetidos; e manter uma criança na escola era retirá-la do processo produtivo no qual se envolvia desde muito cedo. [...] Nesse contexto levar a educação para o seringueiro passou a ser o símbolo da verdadeira libertação dos seringueiros em relação ao antigo sistema e da efetiva autonomia frente aos patrões. Mais do que aprender o código da leitura, da escrita e das contas, construir uma escola representava o início de um novo momento na vida daquelas pessoas.

Inspirados no legado de Chico Mendes e buscando construir alternativas, jovens da Flona de Tefé e entorno têm discutido, proposto e buscado romper as amarras da

marginalização. Eles afirmam e reafirmam que “na floresta tem gente”, na floresta tem jovens engajados por uma comunidade e um território melhor.

Bell Hooks, em sua obra *Ensinando a transgredir*, fala do desejo, como professora comprometida com a construção de uma educação engajada, de se ter uma prática pedagógica que tirasse os alunos do estado de conforto e que os deixasse encantados como a nova forma de ensinar e aprender. Ela diz que:

E não basta simplesmente afirmar essa insistência. É preciso demonstrá-la por meio de práticas pedagógicas. Para começar, o professor precisa *valorizar* de verdade a presença de cada um. Precisa reconhecer permanentemente que todos influenciam a dinâmica da sala de aula, que todos contribuem. Essas contribuições são recursos (Hooks, 2013, p. 18).

Na Amazônia, os povos das florestas têm uma dinâmica territorial e cultural própria. Que possamos lutar por uma universidade engajada e comprometida com a comunidade na qual está inserida para que a evasão comunitária para o acesso a esse direito se torne uma opção e não uma obrigação para quem sonha com outras possibilidades. Que a educação possa ir além dos muros da escola e que veja os alunos não só como sujeitos receptores de informações, mas sujeitos que possam aprender e ensinar com suas vivências e assim mudar a comunidade e quiçá o mundo no qual estão inseridos.

Por fim, concluímos ser necessário que as faculdades de licenciatura direcionem seus currículos e sua prática de ensino para a realidade dos territórios nas quais estão inseridas e para a realidade na qual está formando professores e professoras, que é o território amazônico. Precisamos aprofundar o debate público em torno da educação para povos e comunidades tradicionais e, portanto, avançar em movimento, no conjunto da transformação social. Que ela possa vir de todos os lados, ressignificando, assim, a vida dos povos da floresta e vice-versa.

REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais**. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese (Doutorado em 2002) - Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, Distrito Federal, 2002.

BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. (org.). **Pesquisa participante: a partilha do saber.** Aparecida: Ideias & Letras, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 27 fev. 2025.

CAVALCANTI, L. de S. Os jovens, a escola e suas práticas especiais. *In*: CAVALCANTI, L. de S.; CHAVEIRO, E. F.; PIRES, L. M. P. (org.). **A cidade e seus jovens.** Goiânia: PUC - Goiás, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 23, 2003.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MACHADO, R. de C. **Trabalho e educação necessária para ir além.** Manaus: UEA Edições, 2015.

MALAGODI, E. **O que é materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1945.

STRECK, D. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 15, n. 44, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2009.